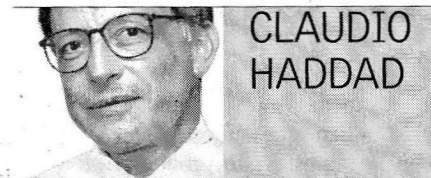


"O senador é digno, correto, tem em Minas uma enorme respeitabilidade. Ponto para Lula."

Aécio Neves, presidente da Câmara dos Deputados e candidato do PSDB ao governo de Minas Gerais, ao comentar a confirmação do senador José Alencar (PL-MG) como vice na chapa de Lula.

DÍVIDA PÚBLICA

Hora de decisão



CLAUDIO HADDAD

É hora do país decidir se vai honrar ou não os contratos representados pela dívida pública. Como em toda decisão estratégica, há custos e benefícios associados às duas alternativas. Apesar dos sacrifícios envolvidos, uma escolha inequívoca em favor da primeira ainda é a melhor opção para o Brasil.

A dívida líquida do setor público encontra-se em trajetória crítica, já atingindo 54,5% do PIB. Embora para países desenvolvidos este percentual não seja preocupante, para países em desenvolvimento como o Brasil, com alto custo de capital, ele é alto. No Japão ele é cerca de 72% do PIB, mas lá os juros reais, apesar da deflação, são abaixo de 2% ao ano, representando menos de 1,5% do PIB, contra cerca de 6% no Brasil. Além de elevada, a relação dívida/PIB tampouco dá

sinais de estabilização. Levando-se em conta os "esqueletos" ainda para serem assumidos, é provável que ela já esteja próxima dos 60%, contra 34% em 1997.

Abstraindo-se dos "esqueletos", o crescimento da dívida depende principalmente do resultado primário das contas públicas, da taxa de câmbio, que afeta a dívida externa e cerca de 28% da interna e dos juros. Ela pode ser também impactada por redutores extracontratuais, como os do Plano Collor. Estes últimos, que agora são sugeridos de forma indireta, sob a rubrica de "renegociação" ou "reestruturação", são tentadores para um governante, pois em teoria lhe dá mais graus de liberdade, mas de implementação complexa e com efeitos deletérios sobre a economia e o crédito público. A Rússia, com bom desempenho econômico nos últimos anos, é apresentada como um caso bem sucedido de reestruturação. Mas a verdade é que em 1998, ano da crise, seu PIB caiu mais de 8%. Sua recuperação posterior se deveu à subida dos preços de petróleo, que triplicaram em dois anos e que, direta e indiretamente, impactam 20% de sua eco-

nomia. Dadas nossas características estruturais, estaríamos mais perto da Argentina que da Rússia caso optássemos por aquele caminho.

Apesar de indesejável, a "reestruturação" pode se tornar inevitável. O fator surpresa do Plano Collor não existe mais, o exemplo argentino está às nossas portas, a política gradualista de con-

Uma nova meta, bem como uma determinação clara de conter o crescimento da dívida e priorizar seu serviço, deveria ser assumida pelos candidatos

trole da dívida interna não tem sido eficaz e não está claro que os candidatos à presidência priorizem seu serviço. Na medida em que os agentes econômicos queiram se proteger, há o risco de entrarmos em um círculo vicioso, com aumento de juros, desvalorização cambial e consequente trajetória explosiva da dívida, fazendo com que a "reestruturação" vire uma profecia auto-realizadora.

Uma crise econômica não é uma boa opção. O que fazer para evitá-la? Reduzir juros de forma expressiva, dadas as expectativas refletidas no risco Brasil, é temerário. Isto só pode e deve ser feito em um contexto de "círculo virtuoso", que hoje não se aplica. Controlar o câmbio vendendo divisas também tem seu limite. Ao reduzir o estoque de reservas face à dívida aumenta-se a vulnerabilidade e o risco percebidos.

A única variável de controle disponível é o superávit primário. É preciso aumentá-lo além da nova meta de 3,75% do PIB, que é tímida na conjuntura atual. Para ter impacto positivo tanto na dívida quanto nas expectativas essa meta teria de ser no mínimo 4,5% do PIB. Esta é a única forma de estabilizarmos a relação dívida/PIB para juros reais médios de 10% e um crescimento de 2,5% ao ano. Devido à já elevada carga tributária o ganho deveria ser obtido através de contenção de gastos.

Conseguir 1% do PIB via cortes de dispêndio é difícil, mas não impossível. Apesar de todas as vinculações e pressões, não é crível que em uma situação

onde os gastos diretos, fora juros, sejam mais de 30% do PIB, e onde as despesas correntes aumentaram 130% em seis anos, isto não possa ocorrer. O que se precisa é algo emergencial acompanhado por um esforço sistemático, simétrico ao que vem sendo feito na arrecadação. A mesma eficiência e determinação empregada no aumento de receita tem de ser usada no controle de gastos.

Para ser totalmente efetiva, esta nova meta, bem como uma determinação clara de conter o crescimento da dívida e priorizar seu serviço, deveria ser assumida pelos principais candidatos à presidência. Ao agir desta forma eles estariam abrindo caminho para reduções sustentáveis do risco Brasil e das taxas de juros, o sacrifício no presente sendo recompensado no futuro. Caso isto não seja possível, que pelo menos eles explicitem suas posições a respeito e identifiquem prioridades. Assim a população poderá votar de forma bem mais consciente.

Claudio Haddad, diretor-presidente do Ibmecc Educacional S.A., escreve mensalmente, às sextas-feiras. E-mail: chaddad@ibmecc.br